



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 445/2019

PROPONENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ

RELATOR: DEPUTADO FELIPE SOUZA

PARECER

Obriga as instituições financeiras a informar ao consumidor as fraudes mais frequentes relacionadas aos seus serviços.

I – RELATÓRIO

De autoria do nobre Deputado João Luiz, no uso de suas atribuições parlamentares, apresentou o Projeto de Lei Nº. 445/2019, que obriga as instituições financeiras a informar ao consumidor as fraudes mais frequentes relacionadas aos seis serviços.

Para apreciação da matéria, a propositura foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, seguindo para a Comissão de Assuntos Econômicos, todas se manifestando favoravelmente.

Vindo os autos a Comissão de Defesa do Consumidor, nos termos do Art. 26¹, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Amazonas, para emissão de parecer.

É o relatório. Passo a opinar.

¹ “Art. 26. A competência das Comissões abrange de forma ampla assuntos correlatos as áreas temáticas listadas no art. 27 deste Regimento, compreendendo os seguintes procedimentos incidentes sobre as respectivas atribuições:
II – emissão de parecer, discutir e votar proposições;





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei apresentado pelo nobre deputado João Luiz trata de um tema de extrema relevância nas relações consumeristas: obriga as instituições financeiras a informar ao consumidor as fraudes mais frequentes relacionadas aos seus serviços.

Apesar de não existir no Brasil que regule especificamente o dever de informação, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) disciplina regras capazes de proteger o sujeito em estado de vulnerabilidade nas relações de consumo.

Segundo a doutrina, a obrigação legal de informação no CDC tem amplo aspecto, pois não se limita ao contrato, abrangendo também qualquer situação na qual o consumidor manifeste seu interesse em adquirir um produto ou requerer um serviço.

Para que seja promovida a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, o CDC estabelece, em seu Art. 4º, incisos I e IV:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e **segurança**, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

[...]

IV - educação e **informação** de fornecedores e consumidores, quanto aos seus **direitos** e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

[...]

E o art. 6º do CDC, também traz essa segurança jurídica ao consumidor que é o direito à informação.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e **segurança** contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

[...]

III - a **informação** adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição,





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

A informação é um direito e um dever. Deve ser ampla em sentido e em abrangência.

O consumidor deve obter informações suficientes, para que tenha liberdade de escolha diante dos bens oferecidos no mercado ou possa se prevenir quanto à eventual periculosidade ou nocividade dos produtos ou serviços oferecidos.

Além do mais, o fomento ao consumo e na cadeia fornecedora, o dever de informar corresponde a um ônus pró-ativo do fornecedor. Em outras palavras: o fornecedor precisa zelar pelo cumprimento do dever de informar destinado a todos os consumidores.

Portanto, no CDC, o dever de informar não é um mero dever anexo ou parcelar, e sim um dever básico, essencial e intrínseco às relações de consumo, as quais trazem em seu bojo o direito do consumidor à informação.

No âmbito da legalidade, o Projeto de Lei encontra amparo na Constituição Federal no art. 5º, XXXII e art. 170, V, a saber:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[..]

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

V - defesa do consumidor;

III – DO VOTO

Em face do exposto, diante da relevância do tema, a Comissão conclui pela

Av. Mario Ypiranga Monteiro, nº 3.950 – Ed. Dep. Jose de Jesus Lins de A
CEP 69.050-030 – Manaus – A

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2022.10000.00000.9.025790:

LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - DEPUTADO(A) - EM 22/06/2022 12:19:20

JOAO LUIZ ALMEIDA DA SILVA - EM 23/06/2022 11:28:11

ABDALA HABIB FRAXE JUNIOR - EM 28/06/2022 09:57:21

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 63F2662E000A2E9A . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 445/2019, apresentado pelo autor.

**S.R. DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAZONAS, em Manaus, 15 de junho de 2022.**

DEP. FELIPE SOUZA
Relator

